

01 agosto 2025 - edição 151 (ano 10)

Nicola Tingas (economista-chefe), Beatriz Saleh (pesquisa & dados)

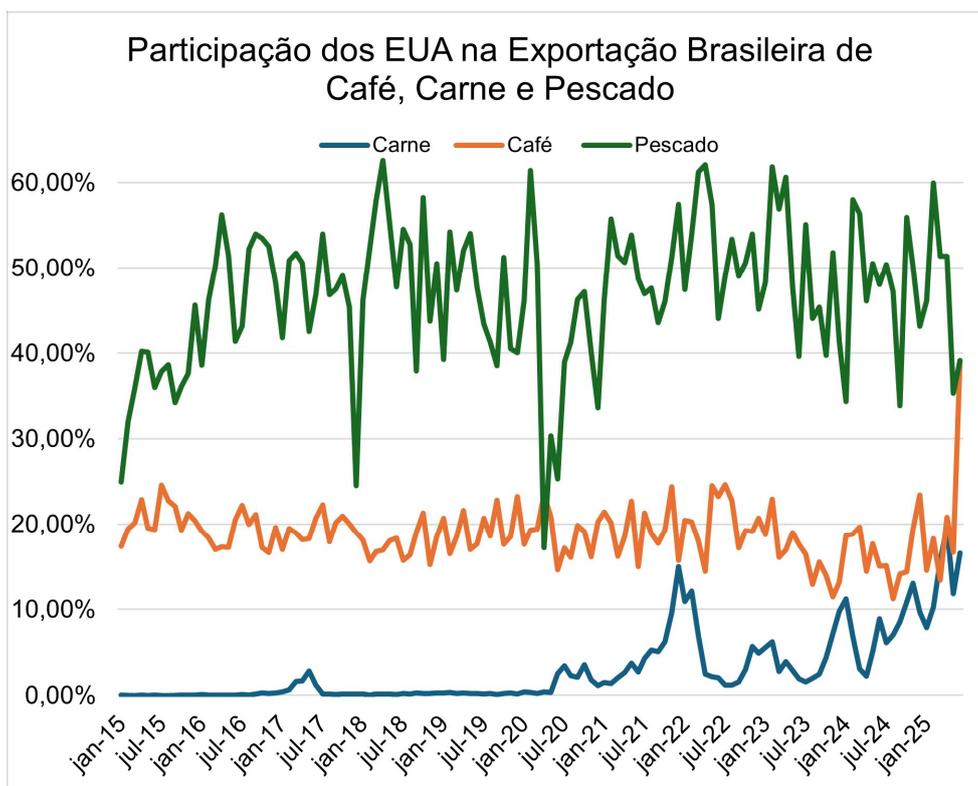


No dia 30 de julho o Governo Trump formalizou imposição de 40% adicional sobre os 10% já existentes (total 50%) de tarifas nas exportações do Brasil para USA. Deu prazo de 7 dias para efetivação da medida em 06/08/2025. Esse prazo permite chegada nos USA de produtos já embarcados antes da nova tarifa.

No mesmo dia uma ordem executiva de Trump indicou 694 exceções tarifárias dos cerca de 4 mil itens exportados para os USA, trazendo alívio para vários setores e produtos brasileiros como aeronaves civis e peças, suco de laranja, ferro-gusa, metais preciosos e petróleo. Nos cálculos da AMCHAM a lista de exceções representa 43,4 % das exportações brasileiras aos USA em 2024.

Na prática, as exceções favorecem a importação pelos USA de itens de interesse na produção industrial, insumos, suprimentos e alimentos de consumo, evitando alta dos preços.

Entre os itens que não foram listados nas exceções estão carne, café e pescado cuja exportação para os USA tem sido expressiva e significam risco de elevada perda comercial e/ou financeira. Haverá provável negociação para inclusão desses produtos nas exceções, se beneficiar USA.



No caso de comércio global afetado, pode haver possibilidade de mitigar perdas na medida em que acordos progredirem, e empresas buscarem alternativas de diversificação e mitigação de riscos.

Para o Brasil, em termos de comércio exterior, as tarifas tem impacto comercial menor que outras nações por ser economia mais fechada. Uma vantagem momentânea, mas, desvantagem estrutural.

Estratégia de negociação "estilo Trump": elevar pressão e polarização para extrair vantagens.

Na manhã do mesmo dia 30/07/2025, o ministro Alexandre de Moraes (STF) recebeu sanções americanas com utilização da "Lei Magnitsky", legislação que permite a imposição de sanções financeiras a estrangeiros que teriam cometido violações aos direitos humanos. Esse foi um ato de apoio político explícito de Trump ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que está em processo judicial no STF. Mais sanções a outros membros do STF e talvez membros de governo, foram sinalizados.

Parlamentares americanos indicaram que o Congresso dos USA deve aprovar uma lei que vai criar sanções automáticas para todos os países que negociem com a Rússia. No caso brasileiro, o governo americano está preocupado com a compra de fertilizantes e óleo russo. Governo Trump diz que quer mitigar receitas russas que financiam a guerra na Ucrânia. O setor agropecuário brasileiro tem receio dessa lei pois necessita dos fertilizantes. Estimativa é de que essa lei avance em 90 dias.

Para analistas especializados, além dos interesses comerciais (Negócios), Trump tem interesses geopolíticos na América do Sul (Poder). Quer reduzir a influência de poder dos "governos de esquerda" e também da China na região. São mencionados alguns alvos dessa abordagem:

- Temas políticos (proteger Bolsonaro e influenciar eleição de 2026);
- Defender interesses comerciais, tecnológicos, regulatórios e disputas judiciais (STF) em questões das "big techs" operando no Brasil;
- Antepor-se a crescente presença, influência comercial e estratégica da China no Brasil e América do Sul; de forma a favorecer domínio geopolítico americano na região em consonância com a disputa de poder global;
- Alcançar influência e materialidade na obtenção de insumos estratégicos, energia e meio ambiente;
- Direcionar o comércio bilateral para uma pauta de conteúdo de interesse americano, e estimular retorno de produção e investimento para os USA.

Essa ampla agenda serve como instrumento de coerção política e barganha comercial. A amplitude da agenda ainda trará muitos embates com o Brasil, e ainda com outros países, como China.

Reação nos mercados financeiros e preço de ativos

Apesar da "guerra tarifária" e "confronto político ideológico" a precificação nos mercados indica que no curto prazo a tendência é de absorção das incertezas e busca de horizontes e oportunidades.

Nas próximas semanas será possível avaliar com maior consistência a extensão dos efeitos das medidas tarifárias para a atividade econômica, comércio externo, empresas e emprego.

	2023	1º Sem. 2024	2º Sem 2024	1º Sem 2025	jun/25	jul/25
Selic	-14,5%	-10,6%	16,7%	22,4%	1,7%	0,0%
Ouro	13,4%	12,9%	14,1%	25,2%	-0,2%	1,1%
Dólar	-7,2%	14,8%	11,4%	-11,9%	-4,4%	2,7%
Ibovespa	22,3%	-7,7%	-2,9%	15,4%	1,3%	-4,2%
Dow Jones	13,7%	3,8%	8,8%	3,6%	4,3%	0,1%
S&P500	24,2%	14,5%	7,7%	5,5%	5,0%	2,2%

A economia brasileira passa por um processo de desaceleração gradual após ter registrado um crescimento de 3,4% em 2024. Contudo, segue apresentando resiliência sustentada por uma combinação de fatores estruturais e políticas públicas ativas.

A atividade econômica deve seguir moderadamente aquecida até as eleições de 2026, sustentada pelo emprego forte, expansão do crédito, aumento da renda real, investimentos públicos e proteção social, elementos centrais da estratégia econômica do governo Lula.

Informação Importante – O conteúdo acima não está vinculado a quaisquer operações de compra, venda, oferta e/ou participação em negócio financeiro. Seu objetivo único é fornecer informações macroeconômicas que foram extraídas de fontes públicas consideradas confiáveis e complementadas pelo autor indicado acima que é responsável, por refletir de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, que foram produzidas de forma independente e autônoma. A ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações e projeções próprias.